



## DIREITOS HUMANOS PARA A DIVERSIDADE

Carla Regina Silva [carlars@ufscar.br](mailto:carlars@ufscar.br);  
Isadora Cardinalli [isadora.cardinalli@gmail.com](mailto:isadora.cardinalli@gmail.com);  
Ana Carolina da Silva Almeida Prado [carolpradojau@gmail.com](mailto:carolpradojau@gmail.com);  
Réa Sílvia Montagner [rea.sil@gmail.com](mailto:rea.sil@gmail.com);  
Paula Marcondes Schmidt-Hebbel [paulamsh2009@gmail.com](mailto:paulamsh2009@gmail.com);  
Jaime Daniel Leite Junior [jaime\\_dljunior@hotmail.com](mailto:jaime_dljunior@hotmail.com);  
Letícia Ambrosio [leticiaambrosio.le@gmail.com](mailto:leticiaambrosio.le@gmail.com).

### Resumo

O respeito à diversidade relaciona-se diretamente ao reconhecimento de Direitos Humanos universais, regidos pelo princípio da isonomia. Assim, apresentamos o projeto de extensão universitária “Direitos Humanos para a Diversidade: construindo espaços de arte, cultura e educação” PROEXT 2013 que fomentou espaços integrados de educação, arte e cultura, pautados pelo atual Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH, em serviços de saúde e da assistência social: Centro de Atenção Psicossocial; Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas e no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (população em situação de rua), em 2013, na cidade de São Carlos – SP. O objetivo foi promover a sensibilização, formação e execução de ações na defesa dos direitos humanos aliados as propostas artísticas e culturais, tendo como princípios o respeito à diversidade, empoderamento, cidadania ativa e autonomia de grupos historicamente estigmatizados. A preparação da equipe transdisciplinar formada por docentes, técnicos e estudantes de diferentes anos e cursos de graduação, consistiu em estudos teóricos, orientações e reuniões ativas de planejamento, estruturação e experimentação de técnicas e atividades propostas nas oficinas, além das imprescindíveis parcerias com artistas que ampliaram a gama de possibilidades de oferta aos participantes. Para o aperfeiçoamento das ações realizadas, foram realizados processos de monitoramento, sistematização, acompanhamento e avaliação. Foi possível avaliar que os princípios do PNDH puderam ser incitados, discutidos e absorvidos, com enfoque no respeito à diversidade e no empoderamento, para além dos próprios espaços interventivos. Os usuários se apropriaram de temáticas relacionadas aos direitos humanos, pautando-as no seu cotidiano. Produzindo não só a arte como um canal através do qual a educação popular se reafirmou como cultura libertária, mas também fez dos participantes articuladores de espaços democráticos e transdisciplinares, reconhecendo os Direitos Humanos para a Diversidade como fundamental para a concretização de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

Palavras chaves: direitos humanos, educação popular, arte e cultura, diversidade

Apoio: MEC SESU PROEXT 2013 e Pro Reitoria de Extensão UFSCar

## **INTRODUÇÃO**

O Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010) traz como pauta a inserção da temática da Cultura na formação acerca dos Direitos Humanos e promove o reconhecimento das diversidades de gênero, étnico-racial e religiosa. Enxerga-se a necessidade e a importância de integrar ações, projetos, programas e políticas no caminho da ampliação da compreensão dos direitos humanos, dada sua complexidade e sua área de abrangência.

De acordo com a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” (UNESCO, 2002), a diversidade cultural é um patrimônio comum da humanidade e caracteriza os grupos e as sociedades que formam a humanidade e está manifestada na originalidade e na pluralidade das identidades de cada indivíduo, sendo um canal de acesso intelectual, afetivo, moral e espiritual, que está assegurado pelos Direitos Humanos, assim como a liberdade de expressão, a educação, o respeito à identidade e à vida, a comunicação e a diversidade.

O cenário da Cultura imaginado e proposto pelo Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012), é pensado para ampliar o acesso à cultura, a participação social, a educação e formação integrada e aumentar o potencial econômico da criatividade e das expressões culturais e artísticas. Essa política se apresenta em três dimensões: a dimensão simbólica que visa a consolidação da política a partir das linguagens artísticas (dança, música, teatro, artes visuais, entre outras), e outras representações simbólicas e valoriza a diversidade das produções culturais; a dimensão cidadã que amplia a participação da população nos espaços culturais, o acesso a cultura e a formação de cada vez mais profissionais envolvidos com arte e cultura; e a dimensão econômica que entende como potencial econômico a produção artística cultural e a sua disseminação para toda a população.

O Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012) para garantir a inclusão social, conta com a participação da população para uma governança colaborativa, que busca apontar suas expectativas e demandas através de processos de avaliação. De acordo com Abreu e Silva (2007), a produção artística é um processo que traz em si a experiência de vida do indivíduo, podendo ser um caminho para avaliar a cultura e as memórias que levaram a tal produção. Assim, a produção artística, como processo de criação, revela particularidades da identidade de cada indivíduo e a pluralidade da cultura do grupo ao qual o indivíduo se insere.

A integração entre setores sociais e ações, políticas e programas intersetoriais devem ser fomentados na direção do enfrentamento de problemas complexos presentes em nossa sociedade, para a promoção do desenvolvimento integral (Coelho, Tapajós e Rodrigues, 2010). Compreendendo que o conhecimento é construído pelo homem e por suas interações com o mundo: construímos o mundo durante a nossa vida, e somos também construídos por ele de forma interativa, singular, criativa e compartilhada, o que abre para uma ação responsável frente ao mundo em que vivemos. Este pressuposto demanda daquele que se propõe conhecer, uma atitude ativa frente ao processo de construção do conhecimento, na qual todo ato de conhecer faz surgir mundo. Conhecer é o ato de observar cuidadosamente, é curiosidade, é experimentação, é crítica e reflexão (Maturana e Varela, 2001).

A partir destas perspectivas apresentamos o Programa de Extensão Universitária “*Direitos Humanos para a Diversidade: construindo espaços de arte, cultura e educação*”, que buscou através de variadas atividades artísticas e culturais suscitar o debate, formação e execução de ações na defesa dos Direitos Humanos, com base no Plano Nacional de Direitos Humanos, auxiliando na divulgação, promulgação e expansão de suas diretrizes. A partir de uma equipe intersetorial e trabalho transdisciplinar, com foco no respeito à diversidade, na promoção do empoderamento, cidadania ativa e autonomia de grupos historicamente estigmatizados. Portanto, fomentar o debate municipal em torno da temática, construindo espaços mais fortalecidos de interação entre sociedade civil, poder público e a universidade, (Brasil, 2010).

O programa contribuiu com diferentes diretrizes do PNDH na direção da “Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena”, promoveu o direito à cultura, arte e lazer como elementos formadores de cidadania. Afinal, teve como intuito elaborar programas e ações de arte e cultura em formatos acessíveis, de acordo com as demandas e as características específicas das diferentes faixas etárias e dos grupos sociais prevista em cada subprojeto. Assim como, pretendeu ampliar e desconcentrar os polos culturais e pontos de cultura para garantir o acesso das populações de regiões periféricas, de baixa renda ou que por outras situações adversas não usufruem das ofertas. E, sobretudo, o cerne do programa contribuiu com a “Garantia da igualdade na diversidade” (Brasil, 2010).

Tratou-se de uma prática marcada pela experimentação, mas também pela seriedade na forma como foram pensadas e realizadas as atividades; pautada na

busca de parâmetros éticos e estéticos que a orientassem a construção de um campo transdisciplinar que acolhe e se beneficia da presença de diferentes profissionais da saúde e humanidades, em especial do campo das artes. Os artistas e suas produções podem ser intercessores riquíssimos para as práticas marcadas pela experimentação, são disparadores para se repensar o trabalho clínico, suas várias implicações e seu constante transitar entre interno e externo, dentro e fora, superando velhas dicotomias (individual e coletivo, sujeito psíquico e representações sociais, trabalho clínico e trabalho de inclusão social) (Lima, 2004).

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste programa foi pautada em preceitos ativos e críticos, cujos procedimentos previstos foram construídos diretamente com o público alvo assim como, sofreram constantes processos avaliativos para que as ações empregadas estivessem de acordo com todos participantes envolvidos no processo, por meio de espaços democratizados e decisórios. A integralidade das ações propostas contribuiu para a produção de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias e metodologias que visavam à resolubilidade de problemáticas apresentadas pela sociedade.

### ***Os Projetos***

O programa contou com três projetos distintos, sendo realizado nos seguintes equipamentos públicos:

**PROJETO 1** Centro de Atenção Psicossocial - CAPS “Direitos Humanos na diversidade da saúde mental”. Os Centros de Atenção Psicossocial são importantes equipamentos da rede de saúde mental que pode ser constituída por vários dispositivos assistenciais que possibilitem a atenção psicossocial aos pacientes com transtornos mentais, segundo critérios populacionais e demandas dos municípios. Este equipamento é resultado de grande investimento público e de movimento sociais que promoveram a luta antimanicomial no país. Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento. Segundo Ministério da Saúde, sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território, o

espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares (BRASIL, MS, 2012).

PROJETO 2 Centro de Atenção Psicossocial Álcool de outras Drogas - CAPS AD “Direitos Humanos, arte e cultura promovendo novas oportunidades”. Os Centros de Atenção Psicossociais Álcool e outras Drogas são serviços especiais para tratar transtornos decorrentes do uso abusivo ou dependência de álcool e outras drogas. A atenção do CAPS deve incluir ações dirigidas aos familiares e comprometer-se com a construção dos projetos de inserção social. Devem ainda trabalhar com a idéia de gerenciamento de casos, personalizando o projeto de cada paciente na unidade e fora dela e desenvolver atividades para a permanência diária no serviço. Implica necessariamente a inserção comunitária das práticas propostas, com a colaboração de todos os segmentos sociais disponíveis (BRASIL, 2004).

PROJETO 3 Centro de Referência da Assistência População em situação de rua - CREAS POP “Direitos Humanos, criação e a População de Rua”. O CREAS POP é um importante equipamento do Sistema Único da Assistência Social que deve ofertar atenção especializada a pessoas em situação de rua. Deve funcionar em articulação com os serviços de acolhimento e deve assegurar atendimento e atividades para o desenvolvimento de sociabilidade, fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares e construção de novos projetos de vida. Segundo a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) deve ter espaços destinados à realização de atividades coletivas, higiene pessoal, alimentação e espaço para guarda de pertences pessoais, além de atendimento psicossocial (BRASIL, MDS, 2010).

### ***A equipe***

A equipe foi composta por docente coordenadora e discentes de diferentes anos de formação e áreas de graduação: Terapia Ocupacional, Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais, Imagem e Som, Biblioteconomia e Ciências da Informação, trabalhando de forma transdisciplinar. Na transdisciplinaridade, tal como exposto por Iribarry (2002), se faz necessário que cada profissional esteja ao mesmo tempo conectado em sua área e na dos outros profissionais da equipe, com a mesma apropriação, submetendo os problemas apresentados a novas perspectivas. Para tanto, é imprescindível também amadurecimento de ação-reflexão dos profissionais,

evitando prolongamento na solução de problemas, execução das atividades e enfrentamento efetivo das situações cotidianas de trabalho.

### ***Os encontros***

As intervenções realizadas em cada projeto foram pautadas em temáticas dos direitos humanos a serem sensibilizadas a partir de recursos artísticos. Nesse sentido, apresentamos sinteticamente à temática e o recurso utilizado para sensibilizar, promover e formar os participantes envolvidos.

1. Tema: O que sabemos sobre os Direitos Humanos? – Recurso: Sensibilização para o tema, conversas e aproximação inicial. Investigação acerca do que a temática dos direitos representa para os participantes.

2. Tema: Direito à Identidade, à Memória e à Vida – Recurso: Fotos, cartazes no formato de RG e questões sobre a identidade foram colocadas em painéis coletivos e reflexivos. Também houve a construção de um painel de mensagens sobre os direitos violados das identidades que compunham os grupos.

3. Tema: Direito à Igualdade na Diversidade – Recurso: Foi utilizado o circo, com esquete, palhaço e apresentações de malabares com encenação sobre os direitos humanos em foco na discussão.

4. Tema: Direito à Liberdade de Expressão e de Pensamento – Recurso: Através da modelagem em argila (cabeças no CAPS, corações no CAPS AD e pés no CREAS Pop) histórias e afetos foram compartilhados.

5. Tema: Direito à Cultura e ao Lazer – Recursos: música, dinâmicas corporais e danças circulares que conduziam a uma contação de história na qual todos eram personagens.

6. Tema: Direito à Participação Popular e Política – Recurso: teatro O recurso cênico e emocionante do teatro sensibilizou as pessoas a iniciarem amplas discussões acerca de seus direitos ou ausência deles: houve a construção de uma esquete baseada na letra da música “Senhor Cidadão”.

7. Tema: Direito à Comunicação e à Informação – Recurso: construção do fanzine se fez perfeito para tratar do tema da comunicação e informação. Nele construíram-se: carta à presidenta, quadrinhos, desenhos, músicas, poemas, fotonovelas, depoimentos, cruzadinhas, entrevistas e memórias sobre as violações de direitos sofridas.

8. Tema: Cidadania – Recursos: Trabalho com questões ligadas a cada espaço: diálogos sobre questões pessoais e expressão destas em painéis coletivos e foi realizado trabalho com mapa da cidade e caracterização dos locais marcados pelas vivências e redes de proteção dos participantes.

9. Tema: Valorização da pessoa como sujeito central do processo de desenvolvimento - Recursos: Cada local exigiu uma proposta diferente: (1) construção de jogos de tabuleiro, ambientalização de espaço do serviço e diálogos muito sensíveis (2) preparação de um sarau e (3) jogo teatral de construção de história, como resposta à demanda do grupo.

10. Tema: O que aprendi sobre Direitos Humanos – Recurso: Uma finalização descontraída com (1) caça aos direitos, (2) sarau e (3) apresentação de teatro na praça pública, cada serviço permitiu ampliar as formas de finalizar os processos tão diversos e intensos.

### **As ações**

Dentre as ações realizadas, houve momentos de planejamento e coordenação geral, processos de supervisão, orientação e formação da equipe gestora, processo de formação e capacitação em direitos humanos, pesquisa em direitos humanos, a criação de espaços de educação, arte e cultura e o acompanhamento e avaliação processual.

1 - Planejamento e coordenação geral: executado pela equipe gestora – foi realizado durante todo o desenvolvimento do programa e contou com três momentos avaliativos.

2 – Processos de supervisão, orientação e formação da equipe executora – realizado semanalmente, durante todo desenvolvimento do programa, executados pela equipe gestora e coordenadores das equipes executoras.

3 – Processo de formação e capacitação em direitos humanos: Tratou-se de encontros mensais com a equipe executora nos quais as temáticas em torno dos Direitos Humanos foram fomentadas em formato de um curso de curta duração, as atividades foram ofertadas pela equipe gestora e pelos coordenadores da equipe executora.

Compuseram a capacitação da equipe: encontros teóricos e palestras com foco em temáticas centrais como, por exemplo, “Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Sistematização e Compartilhamento de Projetos Sociais” que contribuiu para a



definição da metodologia avaliativa do programa, “Processos Criativos” e “Ações na Interface Artes, Saúde e Cultura”. Também houve as capacitações técnicas/práticas realizadas por parceiros artistas sobre arte circense, modelagem em argila, técnicas plásticas, dinâmicas corporais, dança circular, jogos teatrais e construção de cena e outras. A parceria com profissionais e artistas especializados tanto na preparação como na intervenção foi fundamental, enriquecendo o trabalho.

4 – Pesquisa em direitos humanos: Houve um levantamento, envolvendo saberes e vivências em torno dos direitos humanos e/ou suas rupturas, não garantias de direitos pelas distintas populações parceiras do programa.

5 – Criação de espaços de educação, arte e cultura: foram construídos materialmente, afetivamente e ideologicamente espaços onde foram realizados encontros semanais para a promoção de atividades ligadas a cultura, arte e a educação, com temáticas acerca dos direitos humanos e o respeito à diversidade. As ações foram realizadas pelas equipes gestora e executora e parceiros convidados para o enriquecimento das ações propostas pelo programa.

6 – Mapeamento das Produções - através do agrupamento das composições e produções realizadas pelos participantes dos espaços de criação - educação, arte e cultura, que ocorreram semanalmente, com o propósito de colecionar, arquivar e promover um banco de obras e produtos artístico-culturais. Contou-se também com a realização de parcerias e divulgação para ampliar as possibilidades de fruição do material produzido, contando com a divulgação por meio de exposições, construção de blogs e outras mídias interativas.

7- Acompanhamento e avaliações. As estratégias e dispositivos metodológicos utilizados contaram com grupos de reflexão, com o intuito de instrumentalizar a prática a partir da própria reflexão acerca das produções, resultados e ações. Houve também a busca pelo refinamento dos entendimentos trazidos pela intervenção e o impacto na formação dos estudantes.

Durante todo o programa foram realizadas avaliações processuais e finais, envolvendo os participantes dos projetos, a equipe executora e os profissionais e artistas parceiros, visando o aperfeiçoamento das ações. Foram aplicados questionários semiestruturados e entrevistas com os participantes, os parceiros e a equipe e também grupos de discussão com a equipe.

## **RESULTADOS**



A primeira conquista foi a efetivação dos espaços integrados de educação em direitos humanos e de sensibilização artística e cultural em equipamentos sociais, com a perspectiva da transdisciplinaridade nas ações realizadas. Manteve-se o foco na diversidade, na promoção do empoderamento, na cidadania ativa e na autonomia de grupos historicamente estigmatizados. Tais espaços reuniram usuários, familiares e profissionais dos diferentes serviços.

As ações do programa investiram em debates sobre questões contemporâneas e estigmatizantes enfrentadas pelos participantes e no investimento na formação sobre arte, cultura e direitos humanos, de acordo com as diretrizes pautadas no Programa Nacional de Direitos Humanos, tanto com os participantes dos projetos quanto com a equipe de execução e interessados (alunos, técnicos, docentes, artistas e outros).

A metodologia empregada foi significativa e esteve presente positivamente nas avaliações realizadas, sendo avaliada com uma estratégia diferencial, que uniu equipe e parceiros e possibilitou sensibilizar os participantes, envolvendo-os nas temáticas apresentadas e produzindo deslocamentos sensíveis. Houve integração de áreas, desde a composição da equipe até a efetivação do trabalho que relacionava áreas como educação, arte, cultura, assistência social e cidadania. O trabalho foi desenvolvido de forma transdisciplinar, onde cada membro pode trazer suas contribuições específicas como também as propagou para os demais membros, utilizando de forma harmônica e produtiva as habilidades tanto individuais como aquelas fomentadas pelo grupo. Tal formato contribuiu para o maior envolvimento entre a equipe e dela com o programa, tendo suas ações concebidas com engajamento, atitudes pró-ativas e envolvimento pessoal.

Os resultados sociais, obtidas para a comunidade e público alvo foram efetivos, demonstraram um bom aproveitamento das atividades desenvolvidas, bastante envolvimento e interesse pelas atividades artísticas e culturais sensibilizadoras e apreensão e reflexão sobre temáticas dos Direitos Humanos.

Os direitos mais relatados nas avaliações realizadas pela comunidade estão relacionados à independência e à liberdade de ir e vir, se expressar e participar ativamente da sociedade como cidadãos. Já as atividades consideradas mais importantes estiveram ligadas à utilização de recursos artísticos pouco explorados por eles, como modelagem em argila, dança e teatro. Nos espaços de criação os participantes se sentiam a vontade para se abrirem e compartilharem sentimentos e experiências, relacionando-os com os direitos que estavam sendo trabalhados. Outro

resultado apontado foi em relação ao desenvolvimento da expressão e comunicação para defesa de seus direitos e de participação em novos espaços, antes não explorados por não se sentirem confiantes.

Além da sensibilização, aprendizagem e empoderamento em torno dos direitos de grupos historicamente estigmatizados, também foi possível participar de eventos públicos e culturais com tais participantes no município, assim como elaborar um Encontro Científico e Social que integrou esses participantes (público alvo) com outros diferentes públicos interessados, valorizando as propostas do projeto.

Na observação direta da equipe sobre os participantes, foram vários os deslocamentos evidenciados ao longo dos projetos. Os participantes se apropriaram dos direitos humanos e os discutiram, pondo-os em pauta em seus cotidianos. As discussões aconteciam nos espaços de criação e além deles, mostrando que algumas pessoas estavam se aproximando pela primeira vez dos conceitos de direitos humanos e outras, com maior domínio, puderam fazer novas conexões com as temáticas e os recursos artísticos. Era perceptível a apropriação das temáticas pelos participantes quando declaravam que no dia seguinte a uma das intervenções nos serviços discutiam sobre suas situações em relação aos direitos humanos.

Dentre as situações percebidas durante as intervenções pontuais e nas processuais, o que foi muito marcante era com relação às ressonâncias dos encontros, que sempre afetavam e causavam afetações. Com isso, foi deixada uma semente em potencial para serem/estarem diferentes, ressignificados, transformados. Dentre os diversos momentos ricos e memórias afetivas, alguns ilustram claramente os deslocamentos sensíveis vivenciados. Um deles é sobre uma participante que se mostrava até então muito séria e ao vivenciar a atividade circense que evocava o direito à igualdade na diversidade, pode se entregar à diversão e, ao se deparar com a questão sobre qual direito havia sido trabalhado, ela não titubeou e respondeu “*o direito de ser feliz, da alegria*”. E, também, muitos se sentiram a vontade para expor seus sentimentos e questões delicadas durante a atividade de modelagem em argila, que tinha como temática o direito à liberdade de expressão.

Também houve efeito sobre as relações sociais dos participantes. Um deles relatou que havia aprendido um jeito novo de estar com as pessoas e mudado o seu jeito de conviver com a família. Em uma conversa em roda sobre o direito à cidadania, foi mencionado que o projeto e sua equipe significavam “*uma ponte para a ressocialização*” dos usuários daquele serviço, pois eles percebiam uma diferença na

forma com que eram abordados pela equipe: como iguais, sem estigmas e preconceitos.

Tais situações trazem à tona uma mesma questão: a apropriação dos direitos humanos tanto em sua característica macropolítica, na luta pela garantia de políticas públicas específicas e de direitos perante a lei, o governo, as instituições e a sociedade, quanto em sua característica micropolítica, na luta pela dignificação das populações que historicamente sofrem com estigmas e pela efetivação de relações mais sensíveis e transformadoras. Que haja o direito à alegria, a possibilidade de reinventar as formas de convivência e a valorização de todos como iguais em meio a tanta diversidade.

## **CONCLUSÕES**

Da intenção de que princípios do Plano Nacional de Direitos Humanos, pautados essencialmente no princípio da isonomia, pudessem ser incitados, discutidos, elaborados e absorvidos como libertários em nossas vivências, à realização destes propósitos com um especial enfoque no respeito à diversidade entre e ao redor dos usuários, na promoção de empoderamentos para além dos próprios espaços no qual se fazem existir e, preponderantemente, por um senso de cidadania ativa e de autonomia real por parte destes como indivíduos até então historicamente estigmatizados, o projeto não só fez da arte propositiva um canal através do qual a educação popular se reafirmou como uma cultura libertária, mas também fez dos universitários em formação articuladores de espaços democráticos e decisórios transdisciplinares na prática.

No processo de se tornarem cada vez mais agentes multiplicadores de ideias justas e ideais livres, estes usuários e universitários, ao se apropriaram de lutas que dizem respeito a temáticas que lhes são diárias e as relacionarem as diretrizes de um plano nacional, puderam levar o consigo conceito de que a produção de conhecimentos, saberes e percepções também se faz um meio artístico em que a criação de novos dias sempre parte essencialmente de nós para nós mesmos e puderam fazer do desenvolvimento de tecnologias e metodologias experimentais em conjunto uma inspiração para toda e qualquer semente cuja missão se faz frutificar para multiplicar e, especialmente, transformar para libertar.

Dos planejamentos coletivos junto de uma coordenação geral, mediante processos de supervisão constante, orientação focada e formação da equipe gestora, até o próprio processo de formação, capacitação e pesquisa em direitos humanos,

junto, por vezes, de nossos artistas parceiros, a criação de espaços de educação, arte e cultura, tendo em vista análises processuais no decorrer de todo o projeto, possibilitou o desenvolvimento de preceitos ativos e críticos construídos diretamente com o público-alvo em prol da integralidade de nossas ações e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento de tecnologias e metodologias que de fato confluíssem com o acolhimento de usuários, o apoio a iniciativas que fortalecessem práticas geradoras de autonomia, o desenvolvimento de sociabilidades, o fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares e de inserções sociais e até mesmo construções de novos projetos de vida já previstos pelos próprios serviços referenciais através dos quais, e junto deles, fizemos nossas sementes brotarem.

Do fim para o começo, com um enfoque especial em nossa intenção disparadora e geradora de transdisciplinaridades para muito além de nossos tempos e espaços como parte dessa história, é no reconhecimento de que o propósito emancipatório do projeto Direitos Humanos para a Diversidade se faz a base estrutural para a concretização de uma sociedade pautada na justiça para todos que o fortalecimento de ações multidisciplinares e vivências que incitem a construção de olhares transdisciplinares, seja pela Academia, seja pelo Estado, seja pelo ser social que pulsa em cada um de nós, se fazem o começo de um mundo composto multicoloridamente de seres humanos verdadeiramente íntegros e melhores.

## REFERENCIAS

ABREU e SILVA, A. M. Redes da criação: construção da obra de arte, de Cecília. **Ver. Travessias**, v. 1, n. 1, dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Ministério da Cultura. Brasília, 2012. 216p.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010. 228p.

BRASIL. Ministério da Saúde MS. **Centros de Atenção Psicossocial**. 2010. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/texto/2032/301/mais-sobre-os-servicos-disponiveis-em-saude-mental.html>>. Acesso em 2 de abril de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde MS. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: DF, 2004, 86p.



COELHO, M. F. P.; TAPAJÓS, L. M. S.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. 360p.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível (em português) em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: abr. 2014

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª Ed., 1987.

IRIBARRY, I. N. **Aproximações sobre a Transdisciplinaridade**: algumas Linhas Históricas, Fundamentos e Princípios Aplicados ao Trabalho de Equipe. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 3, p. 483-490, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a07.pdf>> Acesso em: jan. 2014.

LIMA, E. M. F. A. Oficinas, Laboratórios, Ateliês, Grupos de Atividades: Dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. In: COSTA, Clarice Moura e FIGUEIREDO, Ana Cristina. **Oficinas terapêuticas em saúde mental - sujeito, produção e cidadania**. Coleções IPUB. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004, pp. 59 - 81.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, 2001.